



PCMG apura caso de pornografia infantil em escola de BH

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) identificou, em poucos dias, a autoria de um ato infracional envolvendo pornografia infantil, que consistia em montagens de fotografias de adolescentes em situação de nudez, feitas com uso de inteligência artificial. Nesta segunda-feira (6/11), o procedimento foi encaminhado à Justiça; a PCMG representou pela aplicação de medida socioeducativa a um adolescente, de 15 anos. Ele e as vítimas, também adolescentes com 14 e 15 anos, são de uma escola de Belo Horizonte.

Em 16 de outubro deste ano, quando as mães das vítimas denunciaram os fatos na Delegacia Especializada de Apuração de Ato Infracional (DEAI), a equipe atuou imediatamente. Segundo o delegado Ângelo Ramalho, responsável pela investigação, “com técnicas investigativas avançadas e aplicadas aos vestígios deixados por crimes que perpassam pelo ambiente cibernético, a equipe conseguiu apurar o perfil criado em uma rede social, responsável por publicar fotos editadas com inteligência artificial de cunho pornográfico e pejorativo de pelo menos dez adolescentes”, relatou. A página foi retirada da internet e a autoria identificada. “Assim que esta Delegacia Especializada foi demandada, o perfil foi retirado do ar, e em menos de dez dias, foi possível identificar a autoria delitiva, demonstrando que a Polícia Civil está atenta e apta a atuar nesses cenários de crimes que ocorrem no ambiente digital”, garantiu Ramalho.

O Procedimento de Apuração de Ato Infracional (PAAI) foi encaminhado à Justiça da Infância e Juventude da capital para aplicação das sanções ao adolescente, que poderá ser responsabilizado por até três anos de internação em Centro Socioeducativo.